

1 ----- Aos dezasseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-
2 se no salão nobre uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, em que
3 estiveram presentes o senhor presidente da Câmara, Ricardo Manuel da Silva
4 Fernandes, o senhor vice-presidente da Câmara, Nuno Alexandre Gomes Vicente e os
5 senhores vereadores, Patrícia Alexandra Costa Pereira de Paula, Vítor Manuel
6 Ferreira da Fonseca, José Manuel Gonçalves Vieira, João Miguel Castanheira Silva e
7 Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra.-----

8 ----- Secretariou a reunião a técnica superior, Ana Rute Mil-Homens Martins. -----

9 ----- Estiveram igualmente presentes os técnicos superiores, Sandra Pereira, chefe
10 da UOGF e Tiago Santos, jurista. -----

11 ----- Pelas 9 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor presidente da
12 câmara. -----

13 **Período antes da Ordem do Dia**

14 **Do senhor presidente da câmara:** -----

15 **0424. Fogo Bacteriano:** “No seguimento da deteção de alguns pomares afetados pela
16 doença vulgarmente designada por fogo bacteriano, o Município do Bombarral deixa
17 um apelo a toda população, no sentido de estar atenta à situação, contactando de
18 imediato as entidades competentes se estiveram perante um caso suspeito. Se tal se
19 verificar, deverá contatar a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale
20 do Tejo, através da Divisão de Fitossanidade e da Certificação, pelo telefone 243 377
21 500 e pelo endereço eletrónico dfc@draplvt.gov.pt. Poderá ainda informar o Serviço de
22 Proteção do Ambiente e Natureza (SEPNA) da GNR ou o Município através do email:
23 geral@cm-bombarral.pt ou do telefone 262 609 020.” -----

24 **0425. Infraestruturas de acesso à internet e equipamentos informáticos no Centro**
25 **Escolar estão a ser reformuladas:** “No seguimento das ações de melhoria que têm
26 sido desenvolvidas, em diversas áreas, nos vários estabelecimentos de ensino do
27 concelho, o Município do Bombarral deu recentemente início ao processo de
28 requalificação das infraestruturas de acesso à internet e atualização dos equipamentos
29 informáticos no Centro Escolar. Este processo irá ficar concluído até ao início do
30 próximo ano letivo, e inclui a instalação de fibra ótica para acesso à internet,
31 contribuindo para um aumento significativo da velocidade e da capacidade de ligação,
32 a substituição dos equipamentos de distribuição de rede wifi, para permitir a utilização
33 de um maior número de utilizadores em simultâneo e sem constrangimentos, bem
34 como, a atualização dos equipamentos informáticos, dotando-os de uma maior
35 capacidade em termos de desempenho.” -----

36 **0426. Clube Desportivo do Bombarral:** “O Clube Desportivo do Bombarral participou com
37 a presença de uma atleta no Campeonato Nacional de Esperanças, no Estádio Cidade
38 de Coimbra. Carolina Patrício esteve na prova de lançamento do dardo, onde obteve o
39 6º lugar com 30,56 metros. Ficam os nossos parabéns à atleta.” -----

40 **0427. Cartões abem:** “No âmbito do protocolo entre este Município e a Dignidade, voltámos
41 esta semana a entregar cartões abem aos munícipes.”-----

42 **0428. Obra de ligação ao emissário do Vale Covo-Vale Pato:** “Visitei acompanhado do
43 senhor vice-presidente, no passado dia 9, a obra de ligação ao emissário do Vale
44 Covo-Vale Pato e pudemos constatar o andamento da obra tão esperada e tão
45 desejada há tanto tempo e que irá ficar concluída em breve a bem de todos os



- 46 municípes, especialmente, dos de Vale Côvo e resolve-se desta forma um problema
47 antigo de saúde pública.” -----
- 48 **0429. Reunião com a Comissão do Festival do Vinho e da Feira Nacional da Pera**
49 **Rocha:** “Realizou-se recentemente uma reunião com a Comissão do Festival do Vinho
50 e da Feira Nacional da Pera Rocha com a finalidade de constatarmos que perante a
51 questão desta pandemia instalada e da sua evolução não estarem reunidas as
52 condições para a realização este ano do XXXVII Festival do Vinho e XXVII Feira
53 Nacional da Pera Rocha.” -----
- 54 **0430. Abertura do CLAIM do Bombarral:** “A secretária de Estado para a Integração e as
55 Migrações, Dra. Cláudia Pereira, presidiu no passado dia 9 de junho de 2021, à
56 abertura do CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes do Bombarral. A
57 cerimónia que assinalou o início da atividade deste novo serviço a funcionar no edifício
58 da Câmara Municipal, iniciou com o momento do descerramento da placa alusiva ao
59 referido espaço pela mão da Secretária de Estado, Dra. Cláudia Pereira, por mim, e
60 pelo Vogal do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, Dr. José
61 Manuel dos Reis. Posteriormente, no salão nobre dos Paços do Município, teve lugar a
62 assinatura do protocolo de cooperação entre a autarquia e o Alto Comissariado para
63 as Migrações, com o qual se formalizou a criação do CLAIM. Na sua intervenção, a
64 governante sublinhou a prontidão com que a edilidade respondeu ao desafio da
65 criação de um CLAIM no Bombarral, desejando que o mesmo possa “ajudar ao
66 sucesso da integração dos imigrantes, exatamente como queremos que aconteça aos
67 portugueses no estrangeiro”. Foi sem dúvida um regozijo o Bombarral entrar para a
68 lista dos Municípios que passam a ter um CLAIM pois nada deve ser mais
69 reconfortante para aqueles que são forçados a sair das suas origens para irem atrás
70 de melhores condições de vida do que encontrarem no país de acolhimento estruturas
71 que os ajudem a uma integração mais fácil, que entenda as suas dificuldades e os
72 encaminhe para as soluções. Para além da prestação de informação, o CLAIM tem por
73 missão prestar apoio em todo o processo do acolhimento e integração dos migrantes
74 em articulação com as diversas estruturas locais e promover a interculturalidade a
75 nível local. Este serviço presta apoio e informação geral em diversas áreas, tais como:
76 regularização, obtenção da nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, retorno
77 voluntário, trabalho, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano.” -----
- 78 **0431. Situação epidemiológica no concelho:** “No que respeita à situação epidemiológica
79 no concelho temos à data de ontem 592 casos confirmados, 2 casos ativos, 568
80 recuperados e 23 óbitos que muito lamentamos. A Proteção Civil do Bombarral apela
81 para que continuem a ser cumpridas todas as recomendações da Direção-Geral da
82 Saúde e das demais autoridades.” -----
- 83 **Da senhora vereadora Patrícia Pereira:** -----
- 84 **0432. Voto de pesar pelo falecimento do senhor Vasco Santos Cortes:** “O Bombarral é
85 um dos concelhos pioneiros portugueses no estudo da pré-história, sobretudo pela
86 riqueza arqueológica encontrada nas grutas do Vale do Roto onde já desde finais do
87 século XIX se havia demonstrado a existência de ocupação humana. A partir do ano
88 de 1962, um grupo de residentes no Bombarral (Antero Rodrigues Furtado, António
89 Joaquim da Silva Maurício, Vasco dos Santos Cortes e Jorge Almeida Monteiro),
90 dedicaram o seu tempo livre à arqueologia amadora, recolhendo espólio no próprio



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

- 91 concelho e em concelhos limítrofes reunindo um fundo bibliográfico especializado com
92 o objetivo de fundar uma célula museológica no Bombarral, tendo posteriormente
93 doado todo o valioso espólio arqueológico à Câmara Municipal do Bombarral. Foi um
94 dia triste para a cultura do Bombarral o falecimento do senhor Vasco Santos Cortes, o
95 último sobrevivente deste grupo de dedicados bombarralenses, a quem o Bombarral
96 muito deve pela descoberta da riqueza da nossa história. Além do seu significativo
97 contributo para a arqueologia bombarralense também teve um papel importante ao
98 lado de Antero Furtado na Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, que, durante
99 décadas foi a principal fonte de acesso ao livro e à leitura neste concelho. À família
100 enlutada apresentamos o nosso pesar.”
- 101 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “Os vereadores do PPD/PSD
102 subscrevem o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vasco dos Santos Côrtes. Foi
103 sempre uma pessoa ligada à Arte e Cultura no concelho do Bombarral tendo sido um
104 dos pioneiros nas escavações arqueológicas no concelho do Bombarral, recolhendo
105 espólio material e reunindo um fundo bibliográfico especializado. Ao lado de Antero
106 Furtado teve um papel importante na dinamização cultural através da Biblioteca
107 Itinerante que levava livros junto da população numa altura em que não existia internet
108 nem redes sociais e era através da leitura do livro que se fazia a principal ligação ao
109 mundo. À família enlutada, endereçamos os nossos votos de condolências.” -----
- 110 **0433. Movimento Democrático de Mulheres:** “Ontem decorreram os primeiros dois
111 laboratórios realizados no âmbito do protocolo entre o Município e o Movimento
112 Democrático de Mulheres. Na parte da manhã foi realizado um laboratório sobre
113 violência doméstica com a apresentação da aplicação VIVE+AQUI de extrema
114 utilidade para quem atua no terreno e para as vítimas. Estiveram dez pessoas
115 presencialmente e três online. No período da tarde decorreu um laboratório sobre
116 tráfico de seres humanos, onde além de explicados os procedimentos intervenção e
117 sinalização foi apresentada a aplicação ACT-Agir Contra o Tráfico. Estiveram doze
118 pessoas presentes e duas online. As sessões foram dirigidas a técnicos/técnicas e
119 outros profissionais que intervêm no terreno. Os participantes fizeram uma apreciação
120 muito positiva das sessões, tendo sido explorada a possibilidade de realizar uma
121 campanha local em parceria com MDM para sensibilizar sobre o tráfico humano.” -----
- 122 **Do senhor vereador José Manuel Vieira:** -----
- 123 **0434. Luz Pública na Torre Bela junto ao Bairro dos Vicentinos:** “Numa anterior reunião
124 trouxe aqui um problema que afeta as pessoas que habitam na Torre Bela, algumas
125 delas no Bairro dos Vicentinos, bem como as que passam na artéria daquele bairro.
126 Grande parte daquela zona está completamente às escuras, quando de noite, pelo
127 facto da inexistente ou fraca iluminação pública ali existente. Perguntamos se já foi
128 vistoriada aquela zona e se foram tomadas as devidas medidas para repor a situação.”
- 129 **0435. Contentores do lixo na Av. Inocência Cairel Simão:** “Houve um munícipe que
130 solicitou à Câmara a alteração da localização de uma bateria gigante de contentores
131 do lixo, frente à sua loja na “Avenida do Hospital” que além de retirarem espaço
132 importante para estacionamento, lhe retira a vista de toda a montra e no fundo de toda
133 a loja, razão pela qual caiu por terra a concretização do arrendamento da loja a um
134 investidor que ali iniciaria um novo negócio. Depois de ter ido ao local constatei que
135 não faz qualquer sentido a localização daqueles equipamentos de recolha de lixo e



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

- 136 que existem lugares alternativos sem causar danos, como é o caso da esquina desse
137 mesmo prédio a escassos 20 m daquele local e onde não há janelas ou portas, mas
138 apenas parede, embora ali perto haja já um conjunto de ecopontos. Dada a situação
139 ser praticamente intolerável pergunto se já foi analisado o exposto de forma a dar
140 solução ao problema deste munícipe.” -----
- 141 **0436. ASA-Área de Serviço para Autocaravanas:** “Volto de novo a questionar se já há
142 projeto para a construção da nova ASA-Área de Serviço para Autocaravanas e se as
143 obras, entretanto, já começaram.” -----
- 144 **0437. Poste em perigo na Azambujeira dos Carros:** “Alertaram-me alguns munícipes que
145 um poste com muitos fios está em risco de cair em Azambujeira dos Carros, na
146 confluência da nacional com a Rua da Flores, junto ao Café Oliveirinha. Constitui um
147 perigo iminente para quem ali passa pelo que devem ser tomadas as devidas
148 providências com a maior brevidade possível.” -----
149 ----- O senhor vice-presidente da câmara disse que já foi feita uma visita
150 recentemente à Torre Bela e que está a ser elaborado um ofício para ser enviado às
151 entidades competentes para aferir da viabilidade de retomar a respetiva iluminação.
152 Relativamente aos contentores em frente a uma loja na Avenida Inocência Cairel
153 Simão serão retirados, definitivamente, do local. -----
- 154 **Da senhora vereadora Rosa Guerra:** -----
- 155 **0438. Centro de Saúde do Bombarral:** “Uma das áreas polémicas no nosso concelho diz
156 respeito à área de saúde. Tenho ouvido o descontentamento de alguns utentes,
157 estamos em junho e as respostas em relação às consultas periódicas serão só para
158 novembro. Verifica-se uma constante falta de recursos humanos e para piorar a
159 situação os que existem são alocados para a vacinação, ou seja, são retirados das
160 suas funções para colmatar a situação da vacinação. Tapam dum lado e destapam de
161 outro, temos cada vez mais utentes descontentes. Também recordar-se-á Senhor
162 Presidente, a famosa inauguração do Centro de Saúde e tão falada cadeira de
163 dentista, pergunto se já está a funcionar.” -----
- 164 **0439. Estrada do Casal Centeeiro para as Lameiras:** “Pretendo, novamente reforçar, as
165 notas de preocupação de alguns munícipes que me fizeram chegar e que referi do
166 passado dia 19 de maio em sessão de câmara e saber se já foram tomadas algumas
167 diligências. Assim, passo a mencionar; a estrada do Casal do Centeeiro que vai para
168 as Lameiras, piso irregular e muitos buracos. Rua Figueiredo onde existe um poço
169 comunitário que não se consegue ter acesso por falta de limpeza. Rua dos Eucaliptos
170 no Casal do Centeeiro, estrada toda danificada e gravilha deixada na estrada, devido a
171 uma pequena obra efetuada pela Câmara, e que já provocou um acidente. Rua da
172 Quinta também no Casal do Centeeiro, estrada muito danificada e uma grande parte
173 sem asfalto, deixando a nota, de que é um local onde residem idosos.” -----
- 174 **0440. Fogo bacteriano:** “Face à gravidade de doença e à forma devastadora do seu ataque
175 é imperiosa uma estratégia integrada de controlo. E, claro que os produtores,
176 viveiristas, as próprias associações e serviços oficiais devem utilizar todas as
177 ferramentas que tenham ao seu alcance. Há que reduzir o inóculo da bactéria ao nível
178 do pomar, assim além de muitas medidas a ter em conta, uma delas será queimar
179 toda a madeira resultante de limpeza desses cancrios. Questiono qual tem sido o papel
180 da Câmara nesta envolvimento tão dramática e que apoio esta a dar, quem está a



- 181 passar as licenças para queimar as sobras da madeira e como está estruturado o
182 plano para o efeito.” -----
- 183 **0441. Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios:** “O Plano Municipal de
184 Defesa da Floresta contra Incêndios do concelho caducou em 9/12/2020, estamos a
185 16 de junho de 2021, pergunto se o PMDFCI já está aprovado”.-----
- 186 **0442. Abertura do CLAIM do Bombarral:** Não pode estar presente, mas será
187 provavelmente algo importante se realmente for para funcionar pelos objetivos que são
188 identificados, tais como: reconfortar todos aqueles que são forçados a sair das suas
189 origens para irem atrás de melhores condições de vida. Sendo que existem cerca de
190 40 nacionalidades no nosso concelho e não estando identificada a quantidade de
191 pessoas pois não sabe se fizeram esse levantamento, espera que este Centro Local
192 de Apoio ao Imigrante se traduza em algo benéfico, porque se o comparar ao
193 Gabinete do Emigrante e do Agricultor não se tem apercebido de que tenha existido
194 algum trabalho. Está de acordo com a abertura do CLAIM e se o município se
195 preocupa também com os imigrantes, que este trabalho seja desenvolvido conforme
196 os objetivos apresentados.” -----
- 197 **0443. Voto de pesar pelo falecimento do senhor Vasco Santos Cortes:** Subscreevou o
198 voto de pesar pelo falecimento do senhor Vasco Santos Cortes. -----
199 ----- O senhor presidente da câmara disse “Relativamente ao Gabinete de Apoio ao
200 Emigrante e ao Agricultor a questão é que estes gabinetes estão ativos e como pode
201 compreender, nós que vivemos em pandemia e orgulhamo-nos de sermos uma das
202 câmaras municipais que continuaram paulatinamente a assegurar todo o serviço, ou
203 seja nada encerrou. Os serviços continuaram abertos e a assegurar que os processos
204 entrados fossem analisados e despachados.” -----
205 ----- A senhora vereadora Patrícia Pereira disse que em relação à questão da
206 demora na marcação das consultas no Centro de Saúde, a informação que tem é que
207 existem alguns médicos de baixa, mas que é uma situação que está a ser resolvida. A
208 diretora executiva do ACeS Oeste Norte, a Dra. Ana Pisco quando questionada vai
209 respondendo que estão a tentar agilizar a situação do não atendimento das chamadas
210 telefónicas no centro de saúde que está a tentar resolver-se mas que os telefones não
211 estão avariados, o que acontece é que as pessoas ligam e acham que ninguém
212 entende, mas nem sequer tocam no centro de saúde se já tiverem ao telefone e não
213 aparece para quem ligou o sinal de impedido continuando a chamar e quando é
214 desligada a chamada que estava em linha a que estava em espera não é possível
215 atender pois não aparece como chamada em espera o que tem a ver com o sistema
216 da central telefónica que existe e que estão a tentar resolver já há algum tempo. -----
217 ----- O senhor presidente da câmara disse em complemento que também existiu a
218 transferência de dois médicos para outros locais o que contribuiu para esta situação
219 de atraso nas consultas. Informou que o Plano municipal de defesa da floresta contra
220 incêndios encontra-se ativo. -----
221 ----- O senhor vice-presidente da câmara disse que como referiu anteriormente os
222 trabalhos estão planeados, encontrando-se a desenvolver obra na Roliça e na
223 Delgada e que a seguir iriam para o Casal Centieiro. -----
224 **Do senhor vereador João Castanheira:** -----



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

- 225 **0444. Pedido de documentos:** Disse que aproveitando a presença da Dra. Sandra Pereira
226 reiterava, uma vez mais, que lhes sejam remetidos os documentos de ordem
227 financeira, como a relação dos pagamentos efetuados desde 1 de janeiro de 2021 que
228 pediram para que lhes fossem enviados mensalmente mas que até ao dia de hoje,
229 decorridos mais de 6 meses não foi entregue qualquer documento, bem como, o
230 registo de correspondência. Recebeu o parecer jurídico, mas estranha que o mesmo
231 não tenha data. -----
- 232 **0445. Conceição Brasão Correia:** Felicitou a D. Conceição Brasão Correia por lhe ter sido
233 atribuído pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e
234 Desporto, o galardão e pela homenagem de reconhecimento por todo o trabalho que
235 tem desempenhado como dirigente associativa, em prol de toda a comunidade. -----
- 236 **0446. Voto de pesar pelo falecimento do senhor Vasco Santos Côrtes:** Subscreveu o
237 voto de pesar pelo falecimento do senhor Vasco Santos Côrtes. -----
- 238 **0447. Baias existentes na Av. Dr. Joaquim de Albuquerque e Av. Inocência Cairel**
239 **Simão:** Questionou o que se passou e porque é que ainda existem baias na Av. Dr.
240 Joaquim de Albuquerque, junto à sede do Agrupamento Fernão do Pó e também no
241 Pátio da Av. Inocência Cairel Simão. -----
- 242 **0448. Abertura do CLAIM:** Esteve presente na abertura do CLAIM e agradeceu ao senhor
243 Presidente a mudança de atitude que teve ao convidar os vereadores para este tipo de
244 cerimónias de assinatura dos protocolos. -----
245 ----- O senhor vice-presidente da câmara disse que as baias ainda permanecem
246 nos locais uma vez que foram sinalizados numa primeira fase pelos serviços
247 municipais algumas necessidades de intervenção e, posteriormente, o condomínio do
248 Pátio da Avenida, assumiu essa intervenção e tem vindo a prolongar a mesma com
249 pedidos que deram entrada na câmara devidamente instruídos o que faz com que as
250 baias permaneçam no local. -----
- 251 **Ordem do Dia**
- 252 **0449. Proposta n.º 10/2021 – UOGF: Proposta de aprovação dos documentos de**
253 **Prestação de Contas e envio à Assembleia Municipal:** -----
254 ----- O senhor presidente da câmara disse que “O ano 2020 pauta-se por
255 dificuldades extrínsecas à nossa vontade, como foi o caso da pandemia provocada
256 pela COVID-19, e aliada a esta complexidade a implementação do novo normativo
257 contabilístico SNC-AP. A dificuldade não está no próprio normativo, mas na articulação
258 das normas e regras, com a aplicação informática que originou elevada dificuldade na
259 implementação desta novidade (mapas, informação fidedigna, etc.) e aqui tenho de
260 referir e felicitar desde já o trabalho incedível da Dra. Sandra Pereira e da sua
261 equipa. O que há a destacar no exercício de 2020: 1. Considerando que estivemos
262 perante um ano de pandemia, ainda assim, foi possível obter um volume de receita,
263 quer em receitas correntes, quer em receitas de capital, superior ao do ano transato. A
264 execução total da receita alcançou uma taxa de execução de 93,42%. Na receita
265 municipal, o maior aumento encontra-se nas transferências correntes obtidas,
266 decorrente da transferência de competências assumidas, e também nas transferências
267 de capital obtidas e aqui há que referir €4.993.730,00. Em termos de despesa
268 municipal, o Município no ano 2020, apresenta um dispêndio em despesas correntes e
269 em despesas de capital, superior ao do ano anterior no montante de € 13.454.800,00 e



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

270 no ano 2020 alcançou uma taxa de execução de 77,34%. As rubricas com maior peso,
271 nas despesas correntes, continuam a ser as rubricas de despesas com pessoal neste
272 caso com €4.305.675,00 e aquisição de bens e serviços com €3.489.834,00, e nas
273 despesas de capital a rubrica com maior peso é a rubrica relativa à aquisição de bens
274 de capital, onde estão incluídas as obras e empreitadas desenvolvidas no ano 2020. O
275 plano plurianual de investimentos alcançou uma taxa de execução de 44%,
276 €1.619.551,00 com um crescimento significativo quando comparado com o ano
277 anterior. As áreas onde se implementou maior investimento foram as áreas da
278 administração geral, transportes rodoviários e mercados e feiras. 3. Quanto às
279 grandes opções do plano, onde estão incluídas atividades diversas desenvolvidas,
280 atingiram no ano 2020, uma taxa de execução de 68%, € 5.742.220,00 sendo as áreas
281 de maior intervenção: a administração geral, educação, abastecimento de água e
282 transportes rodoviários.” -----
283 ----- A chefe da UOGF disse “ter de substituir alguns dos documentos
284 anteriormente enviados, começando pelo documento do balanço, da demonstração de
285 resultados, da demonstração de alteração do património líquido e a página n.º 29 do
286 relatório, todos se prendem com uma alteração de apresentação. No dia em que
287 preparámos a submissão destes documentos, o nosso revisor de contas esteve aqui
288 na câmara para verificar e consultar os documentos todos e, conforme nossa
289 conversa, nós tínhamos entendido que não íamos apresentar no normativo o
290 comparativo do ano 2019, tanto que o que vos foi remetido, não tem esta coluna
291 preenchida. Independentemente da nossa opinião, o Dr. João Cruz telefonou-nos
292 posteriormente e disse, que o normativo anterior vai ter que ser refletido, embora não
293 seja comparável, mas a norma do manual de implementação emitido pela Comissão
294 de Normalização Contabilística assim o sugere e nós vamos seguir a indicação. Ainda
295 durante a presença do Dr. João Cruz foi necessário procedermos à correção de duas
296 situações que se prendem essencialmente, com amortizações extraordinárias de três
297 obras que não estávamos a efetuar, mas de acordo com a sugestão do Dr. João Cruz
298 deveríamos fazê-lo. Só tivemos conhecimento da receção final destas obras no ano
299 2020, no entanto, são obras que têm receção provisória no ano 2016 e no ano 2017, e
300 por esse motivo tivemos de fazer um acréscimo nas amortizações extraordinárias o
301 que implicou a alteração de valores. Tentámos corrigir os valores todos, mas ainda
302 assim, no fecho das contas existiram duas situações que não foram corrigidas que tem
303 a ver com o quadro 6 e 7 do anexo às demonstrações financeiras, e essa alteração
304 também implicou alteração nos valores no quadro 27 no relatório que consta na página
305 32 e ainda acrescentámos um parágrafo relativamente à contabilidade de custos que é
306 o ponto 4 do relatório de gestão, em que deveria de estar mais explícito que a
307 contabilidade ainda não está totalmente implementada, efetivamente não está, nós
308 iniciámos este ano, mas fica mais explícita esta situação. Para além disso, o Dr. João
309 Cruz não teve tempo de analisar tudo integralmente e ainda este fim-de-semana
310 enviou-nos um email a sugerir que acrescentássemos algumas as notas às
311 demonstrações financeiras, e por isso, elaborámos esta adenda de duas páginas, que
312 não vem acrescentar valores conforme já tinha sido dito, mas apenas clarificar
313 algumas situações que não estavam indicadas por este motivo nos documentos
314 anteriormente apresentados. Além do mais, recebemos ontem ao final do dia o draft



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

315 da certificação legal de contas e do relatório sobre a informação económico-financeira
316 que vou entregar.” -----
317 ----- O senhor presidente da câmara disse que também existiram muitas situações
318 alteradas no património como a título de exemplo, o edifício dos Paços do Concelho
319 passou de uma amortização de 150 anos para 100 anos. -----
320 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “Compete-me apresentar o
321 resultado da profunda análise que os vereadores do PPD/PSD efetuaram aos
322 documentos e mapas da Prestação de Contas da Câmara Municipal do Bombarral
323 referente ao exercício do ano de 2020. E a primeira constatação feita diz respeito à
324 forma recorrente, insistente e nada consistente como os documentos do Relatório de
325 Gestão nos são apresentados para deliberação, sem serem devidamente assinados
326 pelo Sr. Presidente e pelo responsável financeiro. É por isso, com perplexidade que
327 observamos que todas as advertências feitas, ao longo destes 4 anos, pelos
328 vereadores do PPD/PSD continuam a ser ignoradas. De acordo com as determinações
329 bem conhecidas sobre esta matéria, não iremos assinar quaisquer documentos que
330 não estejam previamente assinados pelos responsáveis dos documentos da prestação
331 de contas em causa, tal como já dissemos em situações similares anteriores. A título
332 de exemplo, lembramos alguns dos documentos que não foram assinados e que
333 deveriam ter sido: - Mapa de Empréstimos, Mapas de Imobilizado,
334 Mapa de Reconciliação Bancária, Mapa de Contratação Administrativa, Mapa da
335 Relação Nominal dos Responsáveis, Mapa da Relação de Funcionários em
336 Acumulação de Funções, Declarações de Compromissos e de Recebimentos. No
337 fundo são todos exceto a Declaração de Responsabilidades e a proposta para
338 aprovação dos documentos de prestação de contas que por norma deverão ser
339 assinados depois da aprovação. Posto isto, passemos à análise dos documentos: 1.
340 No Relatório de gestão, na pág. 5, a despesa de capital faturada e a sua taxa de
341 execução, diferem dos valores mostrados no mapa de demonstração de execução
342 orçamental da despesa. O mesmo se constata com o total da despesa e a sua taxa de
343 execução. Naturalmente que o texto respeitante terá de ser corrigido em
344 conformidade. 2. Na pág. 7, o 1.º parágrafo, do relatório de gestão está errado, dado
345 que a adição dos montantes referidos não perfaz a receita total arrecadada que aí está
346 indicada. 3. Já agora, ainda na mesma página, onde é destacada, pela positiva, a
347 execução das transferências de capital com 112,73%, deveriam também fazer constar
348 a execução de 0% na venda de terrenos e na execução de 0% nos empréstimos, já
349 que com referencia ao empréstimo de 1 milhão de euros, este foi indevidamente
350 inscrito no Orçamento, constituindo um empolamento da receita do Orçamento para
351 2020, pesem as advertências do PPD/PSD, acerca do mesmo não possuir o visto do
352 Tribunal de Contas, o que motivaria da forma como previmos a sua reprovação. 4. No
353 2.º parágrafo da pág. 8 do relatório, as taxas de crescimento terão de ser corrigidas,
354 pois estão erradas e não correspondem aos 4.5% e 54% assinalados. 5. Na pág. 14
355 do relatório, constatámos, com muita apreensão, que no ano de 2020, subsistem cerca
356 de 490 mil euros ainda por realizar (faturar), além dos cerca de 65 mil euros por
357 pagar. Ora, se a este valor adicionarmos mais 6,1 milhões de euros, de acordo com o
358 que está explanado na declaração de compromissos plurianuais, demonstra-se que o
359 Município acumula um encargo de compromissos assumidos por este executivo na



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

360 ordem dos 6,7 milhões de euros, além das necessidades anuais obrigatórias de
361 funcionamento dos serviços e necessidades dos munícipes bombarralenses. Nessa
362 sequência fica a nossa nota de alerta, especialmente por se assistir a uma total
363 inexistência de qualquer investimento estruturante no município nestes últimos 4 anos.
364 Será difícil de explicar e mais difícil de aceitar, esta forma de gestão dos dinheiros
365 públicos por parte deste executivo, tanto mais que já arrecadou desde que tomou
366 posse até dezembro de 2020, perto de 35 milhões de euros, isto numa perspetiva por
367 baixo, porque se atentarmos bem chegarão estes números muito facilmente aos 40
368 milhões de euros. 6. Na pág. 15 do relatório, a taxa de crescimento das despesas
369 correntes pagas está errada. Já agora, queremos relevar que face a 2018, a taxa de
370 crescimento da despesa corrente foi de 20%, o que corrobora o acima referido quanto
371 à inexplicável má gestão dos dinheiros municipais, virada para o despesismo. A este
372 propósito, poderemos ainda apontar o crescimento em mais de 1 milhão de
373 euros com custos com pessoal, no espaço de apenas 2 anos ou de 700 mil euros face
374 a período homólogo, do ano anterior e todos os restantes acréscimos de despesa
375 efetuada com dinheiros públicos, aos colaboradores externos trazidos, para esta
376 autarquia, com suportes legais duvidosos e com prejuízo do investimento neste nosso
377 concelho que os senhores um dia disseram que merecia mais. A bem da verdade, não
378 tem sido por um mero acaso que o Sr. Presidente tem adjudicado várias prestações de
379 serviços, identificadas na base GOV com o “CPV de Prestações de serviços” e, sem
380 cerimónia as orçamenta como investimento, de modo a exibir estes valores como tal.
381 Todos nos recordamos daquele exemplo caricato das peras decorativas em frente ao
382 Mercado Municipal, cabimentadas em Equipamento Básico quando a sua designação
383 não é essa. Talvez, e também por isso, na pág. 18 do relatório, quando se refere o
384 desempenho das despesas de capital, utiliza-se o critério da realização (faturado) e
385 não o critério do efetivamente pago ou executado, como nas despesas correntes na
386 pág. 17. 7. Debrucemo-nos agora sobre os mapas de “contratação administrativa –
387 situação dos contratos” (pág. 179 do ficheiro). Também, aqui, surgem alguns
388 esclarecimentos técnicos que queremos colocar, com a solicitação de apresentação
389 de alguns documentos. Pedimos que no decurso desta reunião nos sejam
390 apresentados os comprovativos de publicitação da BASEGOV, na justa medida em
391 que ocorreram pagamentos no período em análise, dos seguintes contratos: - Endesa
392 Energia (Cedência de posição contratual aquisição eletricidade) €47.318,10; -
393 LeasePlan Portugal (Aluguer Operacional de viatura elétrica) €34.361,28; - Konica
394 Minolta Business Solutions (Cedência de contrato de aquisição de Serviços de Cópias)
395 €15.077,04. Sabendo que já ocorreram pagamentos sem cumprimento das condições
396 de eficácia e validação exigidas por lei, não temos qualquer hipótese de aprovar estas
397 contas com base nessas eventuais ilegalidades cometidas e que atentam contra o
398 Artigo 127 do Código dos Contratos Públicos. Verificamos ainda que um contrato que
399 o Município fez com a Vodafone Portugal, com data de contrato de 17.03.2020, mas
400 cuja publicitação somente ocorreu na BASEGOV no dia 04 de maio de 2020, foi objeto
401 de pagamento no dia 20 de fevereiro de 2020, cerca de 2 meses e meio antes do
402 permitido pelo código dos contratos públicos, mostrando um sucessivo reiterar dos
403 mesmos erros e responsabilidades para o Município do Bombarral, ano após ano,
404 apesar dos persistentes e continuados avisos do PPD/PSD. 8.



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

405 Solicitamos esclarecimentos, enquanto esperamos pela receção do pedido
406 anterior, relativos ao contrato “Reabilitação de Infraestruturas de saneamento básico e
407 Redes de Água – Rua da Guiné-Bombarral”, adjudicada à empresa Mauriscava no dia
408 30.12.2020, com prazo de execução de 30 dias, a contar da data da sua consignação ,
409 portanto desde 31 de dezembro, tendo como gestora de contrato, a Eng^a Isabel
410 Policarpo, cuja função “*é a de acompanhar permanentemente a execução*
411 *deste*”, conforme cláusula sétima do citado contrato. Lê-se, ainda, no caderno de
412 encargos, especificamente nos seus n.ºs 2, 4 e 5 da cláusula 32^a – Preço e condições
413 de pagamento, que os pagamentos a efetuar são determinados por medições mensais
414 e que cada auto de medição deve referir todos os trabalhos que tenham sido
415 concluídos durante o mês, estando, ainda, o auto de medição sujeito à aprovação pelo
416 diretor de fiscalização da obra e condicionada à efetiva realização dos trabalhos. Ora,
417 assim sendo, solicitamos que o Sr. Presidente nos diga se não teve dúvidas ao
418 assinar, no dia 30 de dezembro, o contrato de adjudicação da obra ao empreiteiro com
419 prazo de execução de 30 dias a contar da consignação dos trabalhos, no valor de
420 83 411.00 euros e, nesse mesmo dia 30 de dezembro ter assinado uma ordem de
421 pagamento de 63 mil euros ao empreiteiro pelos trabalhos realizados, e com todos os
422 procedimentos internos exigíveis. Ou seja, mesmo antes do primeiro dia, pois o
423 pagamento ocorreu no dia 30, já o empreiteiro tinha realizado 75% dos trabalhos. Face
424 ao exposto pergunta-se como consegue o Sr. Presidente afirmar na sua declaração de
425 responsabilidades que foram respeitadas as normas de contratação pública aplicáveis.
426 (Art.º 127 do CCP)? 9. Verificamos que na remessa dos documentos de prestação de
427 contas não constam os Mapas de “*Desagregação das responsabilidades, por*
428 *garantias e cauções prestadas*” e de “*Contas de Ordem*”, ambos indispensáveis para
429 análise conjunta com o mapa “*Resumo diário de tesouraria*” (pág. 393 do
430 ficheiro), pelo que terão de ser incluídos estes mapas nos Documentos de prestação
431 de contas para análise. 10. No que toca ao ativo corrente do Balanço (pág. 71 do
432 ficheiro), convidamos a confrontá-lo com o mapa da demonstração de execução
433 orçamental da receita (pág. 121 do ficheiro), concretamente com a coluna “*receita por*
434 *cobrar final do período*” e até mesmo com a declaração de recebimentos em
435 atraso (pág. 60 do ficheiro), designadamente em 3 rubricas com valor no ativo
436 corrente, e são elas: a. Devedores por transferências e subsídios não
437 reembolsáveis: € 17 661,31 – encontra-se registada no ativo não corrente do Balanço,
438 mas não se encontra registada na rubrica FEDER no mapa da demonstração de
439 execução orçamental da receita, como deveria; b. Outras contas a receber: € 2 077
440 681,12 – encontra-se registado no ativo não corrente do Balanço. Aqui consta o valor
441 das guias de débito, no valor de 460 449,34 euros, plasmado na declaração de
442 recebimentos em atraso e, ainda, a estimativa de IMI a imputar a 2020, conforme
443 informado no último parágrafo da pág. 28 do relatório de gestão; solicita-se informação
444 sobre qual o valor de receita de IMI a imputar ao ano de 2020 considerado em outras
445 contas a receber. C. Clientes e utentes: € 440 591,33 – encontra-se registado no ativo
446 não corrente do ativo no Balanço. Porém este não confere com os montantes
447 plasmados na declaração de recebimentos em atraso, no que toca ao SGA (Gestão
448 Águas), com valor de 498 947,55 euros, mais o valor do SGR (gestão de refeições
449 escolares), de 16 817,26 euros e, ainda, o valor do SGF (gestão de faturação), de 17



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

450 314,94 euros, totalizando o valor de 533 179,75 euros. Não confere, assim, com os
451 440 591,33 registados no balanço, uma diferença de 92 588 euros. 11. Não é
452 disponibilizada informação discriminada no Anexo às Demonstrações
453 Financeiras sobre quaisquer ajustamentos de imparidade em clientes de cobrança
454 duvidosa, embora na pág. 14 seja mencionado que o município efetuou ajustamentos
455 de imparidade. Solicita-se que seja incorporado essa informação no citado Anexo. 12.
456 Na Nota 6 do anexo às Demonstrações Financeiras (*pág. 96 e 97 do ficheiro*) é-nos
457 informado que o Município possui as locações operacionais, plural, cujo valor do
458 contrato ascende a 34 361,28 euros. Pergunta-se, quantas locações relativas
459 aos veículos elétricos existem e quais os encargos presentes e futuros por veículo.
460 Pudemos observar que o valor do presente contrato coincide com o valor
461 do contrato firmado com o fornecedor Leaseplan Portugal e do qual solicitámos o
462 respetivo comprovativo da exigível publicitação na BASEGOV para efeitos dos
463 pagamentos já realizados, desde 27 de abril de 2020. Pergunta-se, assim, se as
464 locações operacionais constantes no quadro 10 da nota 6 do anexo respeitam ao
465 contrato firmado com o fornecedor LeasePlan Portugal? Se afirmativo, como justifica
466 os pagamentos já efetuados sem a publicitação do contrato na BASEGOV? Queremos
467 saber a que respeita o valor de 50 569,52 euros registado em outras contas a pagar
468 no passivo não corrente (médio e longo prazo, pág. 72 do ficheiro). 13. Tendo por
469 base o informado no Anexo às Demonstrações Financeiras (*pág. 104 do ficheiro*) no
470 que toca às provisões de processos em contencioso, sobretudo as constituídas e
471 levadas a custo durante o mandato do PPD/PSD, designadamente no que toca aos
472 processos nº 790/11 e nº 1367/08, queremos ser informados sobre quais os
473 desenvolvimentos /acontecimentos que ocorreram e que sustentam, por via de
474 qualquer despacho ou acordo emitido pelo Tribunal, esta significativa diminuição da
475 provisão, de mais de 370 mil euros. O presente esclarecimento é vital para que não
476 fiquemos com a ideia de que há aqui um simples e único propósito de injetar
477 rendimentos em 2020 por forma a catapultar os lucros de 2020 com 370 mil
478 euros, registados como gasto no mandato do PPD/PSD, por via de uma suspeita
479 engenharia financeira, desprovida de qualquer sustentação legal. Ou melhor, para
480 apresentar melhores resultados durante este mandato, socorrem-se, novamente, do
481 que foi deixado pelo PPD/PSD e que tanto criticou, para disfarçar a incompetência
482 demonstrada em investir nos bombarralenses, em infraestruturas estratégicas
483 concelhias, na dinamização do comércio e indústria, na criação de postos de trabalho,
484 etc. 14. Por fim, talvez a parte mais constrangedora, detetámos, que mais uma vez, o
485 Sr. Presidente comete o mesmo erro grosseiro na apresentação dos Documentos de
486 Prestação de Contas de 2020 que havia cometido nas Contas de 2019, e que,
487 conforme estarão todos recordados, até levou à substituição dos mapas para uma
488 nova aprovação que ocorreu em reunião de câmara extraordinária, quando os
489 documentos de Prestação de Contas de 2019 já tinham sido aprovados pelo PS em
490 reunião anterior, com os votos contra do PPD/PSD e CDS. Todos ainda nos
491 lembramos bem dessa grande confusão. Mas, a julgar por estes documentos de
492 prestação de contas de 2020, nada mudou. Assim, o Passivo corrente exibido no
493 Balanço, no montante de 788 564,32 euros volta a não conferir com o montante de
494 314 958,48 euros registado no mapa do “Endividamento – outras dívidas a terceiros”,



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

495 a 31 de dezembro de 2020. A par de período homólogo e amplamente explanado pelo
496 PPD/PSD, eis que nos voltamos a deparar com o mesmo erro grave. A única diferença
497 entre o que sucedeu no ano de 2019 e o que está a acontecer no que toca ao ano de
498 2020, em análise, está apenas nos valores envolvidos e explanados nos mapas,
499 porque a metodologia errada subsiste. Ou seja, enquanto que no ano transato as
500 incongruências de valores entre os mapas cifravam-se em 92 564,02 euros, no ano de
501 2020 a diferença dos valores entre o Passivo corrente do balanço e o mapa do
502 Endividamento, ascende a cinco vezes mais, situando-se nos 473 605,84 euros. Posto
503 isto, todas as palavras são parcas para qualificar o descuido, desnorre, falta de
504 profissionalismo, rigor e competência desta gestão. É inexplicável e leva-nos a
505 terminar com a mesma citação que proferimos aquando da análise das contas de
506 2019: as contas estão erradas e terão de ser corrigidas. Nunca tal sucedeu em
507 mandatos do PSD que sempre se pautou por ser um Partido de Contas Certas. Os
508 munícipes darão brevemente o seu parecer se se reveem neste tipo de gestão
509 esbanjadora e pouco confiável.” -----
510 ----- O senhor presidente da câmara disse que “As contas não estão erradas, isso
511 é uma posição que veremos mais à frente, no entanto, quero desde já dar os parabéns
512 aos vereadores do PPD/PSD, porque estudaram ou tiveram ajuda nesta situação
513 porque, de facto, devem ser licenciados certamente em contabilidade e gestão de
514 empresas ou pelo menos em termos gerais, mesmo em economia e, portanto, a
515 assinatura deste documento lido pelo senhor vereador José Manuel Vieira tem uma
516 assinatura que todos conhecemos e, que está no próprio articulado da redação
517 efetuada, portanto, quanto a isso é bom que fique registado que, de facto, há sempre
518 uma tendência para pura e simplesmente arranjar todo um argumentário que existe e
519 que está na nossa prestação de contas, mas para dificultar, ter a areia na
520 engrenagem, ou seja, criar uma grande entropia nesta matéria. Relativamente a todas
521 estas questões que me falou sendo uma ou outra de índole política e, portanto, é
522 nessa questão que eu gostaria de lhe responder o quanto antes, porque os
523 pormenores técnicos deixaremos um pouco mais para a frente. Dizer-lhe que o PSD
524 com as contas que arranjou logo a seguir a tomarmos posse, existiu uma situação de
525 indemnização às Construções Coutinho. O senhor que tanto se orgulhava que tinha
526 deixado os cofres recheados, mas em que, imediatamente, na primeira sentença foi
527 que fossem 619.000 euros pagos às Construções Coutinho e, também ainda falta a
528 indemnização, coisa que o senhor enquanto presidente de câmara podia ter resolvido
529 em 2016, apenas e só e de uma penada e que os bombarralenses aí sim, se sentiram
530 com o senhor que não conseguiu resolver a tempo e horas e de uma forma assertiva
531 tudo, e ter tudo pago e ter poupado imensas centenas de milhares de euros aos cofres
532 deste município, e ainda por cima, com a agravante de mais uma sentença em
533 tribunal, uma sentença que nós, no nosso mandato, já tivemos que pagar que foi a
534 questão dos turnos do pessoal. O senhor vereador colocava trabalhadores a trabalhar
535 em turnos sem pagar o respetivo complemento de vencimento e, portanto, isto sim,
536 são prestações de contas e como o senhor vereador disse os bombarralenses se
537 pronunciarão no sítio certo e na altura certa, portanto, as nossas contas são contas
538 que não estão erradas, não foram, como disse feitas de forma, para realçar qualquer
539 tipo de situação em termos económicos, foi com muita dificuldade como o senhor viu e



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

540 foi explicado na minha introdução com a passagem do POCAL para o novo sistema de
541 SNC-AP. É uma diferença muito grande em termos de mapas, em termos de tudo o
542 que diz respeito à administração destes resultados, mas não houve aqui nenhuma
543 situação que nos possa de alguma forma deixar menos confortáveis.” -----
544 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra disse “No que diz respeito aos documentos
545 de prestação de contas 2020 também reparei que têm de ser assinados. Na página 14
546 do relatório de gestão verifiquei que em 2020 existia cerca de 490.000 euros por
547 faturar além dos 65.000 euros que estavam por pagar, e se adicionarmos os cem mil
548 euros conforme a declaração de compromissos plurianuais já se compromissou os
549 €6.700.000,00 o que demonstra que o município já tem um encargo de compromisso
550 assumido por este executivo na ordem de €6.700.000,00 milhões, além das
551 necessidades de funcionamento dos serviços anuais, portanto, fica aqui a minha
552 apreensão de que este executivo durante 4 anos não realizou qualquer investimento
553 estruturante no município o que torna aqui inexplicável o incompreensível. Reparei que
554 face a 2018 a despesa corrente cresceu 20% o que comprova e vem fundamentar a
555 má gestão dos dinheiros municipais até porque só os custos com pessoal no espaço
556 temporal desses 2 anos aumentou 1 milhão de euros face ao ano passado que foi
557 €700.000,00 isto para não falar em todas as restantes mordomias que têm sido
558 faladas em todas as reuniões, tais como, gastos com portagens, custos com
559 combustíveis, as manutenções dos veículos e por aí fora. No ponto 6 do anexo, as
560 demonstrações financeiras na página 96 e 97, informa que o município possuiu
561 locações com os carros elétricos no valor €34.360,28 a minha questão é quais foram
562 os encargos presentes e futuros por esta locação com a empresa LeasePlan Portugal.
563 A respeito do valor de €50.569, 52 registado em outras contas a pagar no passivo, no
564 balanço. Verifiquei, nomeadamente, no que toca a previsões dos processos em
565 contencioso que existiu uma significativa diminuição/redução das provisões
566 constituídas destes processos, por isso pergunto, quais os desenvolvimentos ou
567 acontecimentos que tenham existido nestes processos por via de qualquer despacho
568 ou até de algum acordo emitido pelo próprio tribunal, o que é natural que isso tenha
569 acontecido para sustentar essa redução de €475.046,22 certo é que e constata-se
570 ainda que mais de €370.000,00 foram a custo durante os mandatos anteriores e
571 parece que se está a empolar os lucros, isto porque quando existe um litígio todos
572 sabemos que demora algum tempo e por vezes faz-se um acordo para a redução de
573 intenção que tem de ser validado pelo tribunal. O valor que a parte cedeu vai dar
574 origem à saída de um despacho por isso a minha pergunta é se houve realmente
575 algum acordo entre as partes. Outra situação que detetei em relação ao ano anterior
576 foi fácil de ver pois verifiquei o mesmo erro que consta na justificação de contas do
577 ano 2020 e que é igual ao do ano de 2019 e que na altura levou à substituição de
578 mapas para a nossa aprovação em reunião de câmara, pois o passivo corrente no
579 balanço mostra o montante de €788.564,32 que volta a não conferir ou não coincidir
580 com um montante de €314.958,48 registado no mapa de endividamento, outras
581 dívidas a terceiros de 31/12/2020. Penso que isto demonstra alguma falta de rigor,
582 porque senão não aparecia estas divergências com estas alterações de mapas que
583 têm que bater certo uns com os outros e, portanto, fiquei com a ideia que as contas
584 não estão certas e terão que ser corrigidas.” -----



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

585 ----- O senhor presidente da câmara disse “Isto são contas certificadas pelos
586 revisores oficiais de contas, não são contas que ficam incompletas ou malfeitas e que
587 não batem certo, portanto, tem que haver aqui alguma elevação e alguma situação
588 das pessoas compreenderem que isto são contas e que não vêm para aqui para cima
589 da mesa de uma forma completamente, obtusa. Tudo é passado a pente fino,
590 conforme saberão porque já tiveram deste lado. Outra coisa é quando dizem tanto da
591 parte do PPD/PSD como do CDS/PP que não há investimento estruturante quando
592 temos o caso das obras do Palácio do Gorjão que já arrancou, também do IVV,
593 PAMUS - Caminho das escolas quando os senhores vereadores durante o vosso
594 mandato de 8 anos não fizeram a aquisição de uma única viatura e nós ainda não
595 acabámos 4 anos de mandato e já renovámos a nossa frota automóvel e de que
596 maneira e continuamos a fazê-lo. Mas a questão também dos estaleiros que estamos
597 a aprimorar em termos de projeto que já está praticamente realizado e que
598 apresentaremos a seu tempo, os terrenos adquiridos quando falaram em terrenos
599 vendidos. Nós adquirimos terrenos, é diferente. Mas também toda a parte do turismo
600 com os seus percursos pedestres, a mata municipal, o que depreendo é que não
601 querem o desenvolvimento do Bombarral, a sustentabilidade e a própria modernidade
602 do nosso concelho. Se questionarem se está tudo feito, não está tudo feito, mas agora
603 de uma forma política ou politiqueria dizer que não houve investimentos estruturantes
604 desculpem, mas algo está mal na vossa análise e, portanto, quando entram nestas
605 matérias tenho que intervir. Dizer-vos muito mais, coisas como algumas que não têm
606 grande significado em termos financeiros, mas que do ponto de vista funcional para os
607 munícipes têm e vocês que estiveram 24 anos seguidos no executivo não o fizeram.
608 Outra situação, os passeios na vila, em que já fizemos centenas e centenas de metros
609 lineares de passeios isto porque por exemplo, não existiam passeios num lote que não
610 estava construído e como é que vocês querem que uma pessoa com dificuldade e
611 com diminuição de locomoção possa passar ali. Nós fizemos isso, portanto, nós
612 contribuímos de uma forma direta para essa modernidade e para esse
613 desenvolvimento. A questão da intervenção dos nossos munícipes através do
614 orçamento participativo que é uma das maiores formas de intervenção democrática.
615 Nós fizemo-lo, está a decorrer um agora e em relação aos outros municípios à nossa
616 volta, tivemos muito mais propostas. De obras, ainda há pouco referi a obra de ligação
617 do emissário de Vale Covo-Vale Pato que também tiveram e não conseguiram resolver
618 absolutamente nada, mas também os contratos interadministrativo com as juntas de
619 freguesia e a ajuda às juntas de freguesia para que os seus próprios fregueses
620 tenham uma maior qualidade de vida. A alteração da cobertura do pavilhão que já está
621 tudo deferido em termos da nossa candidatura, são cerca de €300.000,00 na mudança
622 da retirada do fibrocimento, dito mais sucintamente, amianto. Por tudo isto que
623 elenquei, os senhores vereadores não podem dizer que não há investimento no
624 Bombarral. -----
625 ----- O senhor vereador João Castanheira disse ao senhor presidente que o que
626 acabara de dizer não era mentira, mas que se estão a debruçar sobre a prestação de
627 contas de 2020 pelo que deve mostrar onde é que esses investimentos estão nas
628 contas de 2020. Estar a falar em obras, como a da cobertura do pavilhão municipal
629 que ainda não começou, não faz sentido. -----



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

630 ----- A chefe da UOGF disse “Relativamente à assinatura do documento vai-se
631 proceder à assinatura e quero só salientar que relativamente a alguns mapas, como é
632 o caso do mapa de empréstimos e da contratação administrativa no anterior
633 normativo, efetivamente, eles eram feitos manualmente e nós assinávamos como uma
634 responsabilidade de quem o emitiu, neste momento, estes mapas são automatizados
635 e na minha opinião estes mapas não tem de ser assinados mas posso assinar o
636 relatório de gestão porque é um documento que é elaborado por mim mas assinar os
637 restantes mapas não me parece que faça sentido. Em relação às páginas do relatório,
638 na página 5, o mapa da execução orçamental ser diferente do mapa da demonstração
639 orçamental da despesa. No mapa da demonstração orçamental da despesa diz que
640 houve uma execução de despesa, nas últimas 2 colunas, no período anterior de 0,38%
641 e no período corrente, 76,954% valores arredondados penso que está próximo dos
642 77,34% como aqui estão mencionados, portanto esta percentagem não difere muito de
643 um documento para outro. Na página 7, os €12.569.026,38 não correspondem à soma
644 destes dois montantes e não, efetivamente não corresponde. O primeiro parágrafo
645 com base no quadro apresentado é o número 5 o total apresentado resulta do total da
646 receita corrente e de capital e de outras receitas, o que quis dizer é que, naquele
647 montante estão incluídos €9.921.470,80 de receitas correntes e €1.013.036,50 de
648 receitas de capital, não é o somatório que corresponde aos 12 milhões, efetivamente,
649 aquele somatório é que inclui estes montantes das receitas correntes e de receitas de
650 capital, pode não está bem explícito, mas não está errado. Na página 7, penso que
651 falaram na percentagem de execução das transferências de capital de 112,73%, mas
652 não mencionaram a percentagem nas outras transferências de capital. Na página 8, as
653 taxas de crescimento é uma daquelas situações que agora tem que voltar a ser
654 recalculada, de qualquer forma as taxas deviam ser superiores, efetivamente. -----
655 ----- O senhor Presidente disse que relativamente ao aumento dos custos com
656 pessoal que foi referenciado pelos dois partidos da oposição, a situação é
657 incontornável, além de que é lógico, porque temos mais recursos humanos não
658 podemos esquecer as transferências de competências na área da educação, portanto,
659 só daqui vem logo todo este montante incrivelmente alto para a dimensão do
660 Município do Bombarral. -----
661 ----- A chefe da UOGF disse “Relativamente à questão dos aumentos com a
662 despesa do pessoal é só para justificar que os custos com o pessoal aumentaram com
663 algum significado pelo facto, de termos assumido as competências escolares. Na
664 página 18, se comparar o quadro 13 com o quadro 15, os tópicos é despesa corrente e
665 de capital, eu tenho de dotação estimada, despesa comprometida, despesa realizada,
666 despesa paga e a taxa de execução, são os mesmos critérios. A taxa de execução é
667 igual e é calculada nos 2 quadros, despesa paga face à despesa estimada, tanto
668 numa situação como noutra, o critério foi este nos dois quadros. Relativamente à rua
669 da Guiné, o facto de termos pago o valor no próprio dia, aqui teria de se calhar
670 especificar melhor, mas foi no próprio dia porque decidiram montar o estaleiro para a
671 obra. O mapa de garantias e de contas de ordem deixou de existir no SNC-AP, e neste
672 momento, não tenho mapas de contas de ordem apesar de continuarem a existir, mas
673 temos depois a parte do Tribunal de Contas para avaliar e espero que estejam os
674 documentos todos. O mapa do balanço, no ativo corrente, que está relacionado com o



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

675 mapa do balanço porque na demonstração orçamental da receita não estão refletidos
676 €17.661,31 isto porque no balanço só foram movimentadas estimativas de situações
677 que, provavelmente, venham a ocorrer, isto é, o caso do último pagamento do último
678 auto da obra do mercado municipal que decorreu em dezembro e que ainda não tinha
679 o pagamento efetivo, mas existia a submissão. Este critério este ano foi alterado, no
680 ano passado fazíamos o registo de todos os contratos já assumidos pela CCDR no
681 âmbito das candidaturas, mas a Comissão de Normalização também vem alterar este
682 procedimento e em dezembro do ano 2020 deixámos de fazer esta especialização, no
683 entanto, esta gera um contrato que é submetido no controle orçamental da receita e só
684 temos documentos efetivamente emitidos, faturas ou guias de recebimento. Aqui ainda
685 existe uma dúvida relativamente ao montante correto e exato que vamos receber,
686 houve um pedido que pode ser sujeito a alguma retenção e, por isso, ainda não existe
687 um documento oficial, logo não fica refletido no orçamento da receita. Porque é que a
688 declaração dos recebimentos em atraso não coincide com os montantes de contas a
689 pagar? É precisamente porque nas outras contas a estimativa a receber, neste caso, a
690 receita de IMI estimada de €1.535.381,95 é um montante que é expectável de receber
691 durante o ano 2021, mas que é relativo ao exercício de 2020 e por isso, foi estimado,
692 mas ainda não é devido e, portanto, não aparece refletido na declaração de
693 recebimentos. Nos clientes e utentes, indicam que o montante de 440.591,33 que está
694 refletido no balanço, não é coincidente com a declaração de recebimentos em atraso.
695 A declaração de recebimentos em atraso evidencia o montante total da dívida, e este
696 montante que aparece no balanço foi refletido com as previsões efetuadas a clientes,
697 ou seja, já vem líquido desse montante de provisões no montante que está aqui. É o
698 montante da dívida e de todas as previsões, por esse motivo disse que não lhe parecia
699 bruto. A provisão ilíquida, a diferença é o montante das provisões decorrentes de
700 dívidas de vários anos, portanto, é um valor significativo no anexo às demonstrações
701 financeiras. Mencionaram que os clientes não vinham devidamente discriminados
702 para perceber quais eram as imparidades que tinham sido efetuadas no documento
703 que foi entregue hoje, nas notas já apresentam um quadro mais discriminativo para
704 perceber quais são os aumentos e obrigações. Na nota 6, do anexo às demonstrações
705 operacionais diz respeito ao aluguer de um veículo elétrico no montante de €34.361,28
706 e este encargo está repartido pelos vários anos conforme explicado no quadro do
707 anexo às demonstrações financeiras. Relativamente às provisões, esclarecer que o
708 SNC-AP muda em termos de paradigma essencialmente no ponto em que é
709 expectável que sejam feitas imensas estimativas, interpretações e entendimentos, mas
710 eu não gosto muito de fazer estimativas sem ter alguma base de suporte. As provisões
711 para processos em contencioso, tiveram por base a estimativa e a probabilidade de
712 ganho/perda de cada processo judicial, fornecidas pelo escritório de advogados, Antas
713 da Cunha (não resulta de acordos de resolução de dívida). Relativamente à
714 metodologia do mapa do endividamento não está diferente da metodologia efetuada o
715 ano passado, efetivamente é a mesma. O mapa de endividamento evidencia um total
716 em dívida de €314.958,48, enquanto o balanço evidencia um valor do passivo corrente
717 apresenta €738.564,32. De referir que o passivo corrente, encontra-se registado o
718 montante de €524.175,36 relativo a estimativa de férias, subsídio de férias e
719 respetivos encargos que não estão refletidos no mapa do endividamento. O mapa de



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

720 endividamento reflete €50.569,52 referente a cauções e caução em loteamento que no
721 balanço está em passivo e não em corrente, por este motivo os mapas mencionados
722 não podem ser coincidentes. O mapa de endividamento corresponde à dívida já
723 emitida ao município com documento vincutivo e uma das diferença que pode haver
724 relativamente à parte orçamental neste mapa prende-se com a existência de 2 ou 3
725 acréscimos que foram feitos e não ficaram refletidos na demonstração orçamental,
726 porque as faturas chegam em janeiro, e nós temos de fazer um reflexo em dezembro
727 naquela dívida, embora a 31 de dezembro não está cá, e quando estamos a fechar
728 contas em janeiro, fevereiro e março, é que temos conhecimento desses montantes e
729 temos de os fazer refletir no ano a que diz respeito. Por exemplo, já fechámos o
730 apuramento do IVA mensal de dezembro e já não consigo fazer o reflexo da fatura
731 total no mês de dezembro, só consigo fazer o acréscimo do custo e da dívida, mas já
732 não consigo fazer o lançamento integral da fatura e é por isso que existem algumas
733 divergências entre os mapas, porque cada um deles tem a sua vertente e perspectiva e
734 é aquilo que nos aconselharam a fazer, porque se não refletirmos os custos em 2020,
735 estamos a ocultar custos, e vou dar o exemplo da EDP em que recebo uma fatura em
736 fevereiro relativamente ao período de 1 de dezembro a 31 de dezembro, depois ficam
737 a faltar os reflexos de custos daquelas contas, e segundo as indicações que nós
738 devemos sempre fazer refletir os custos e a dívida também, portanto, a dívida que aqui
739 está plasmada é verdadeira, corresponde a faturas lançadas num ano e processada
740 no outro a aí pode diferir o custo e a dívida porque nunca podíamos ter pago a 31 de
741 dezembro, porque as faturas não estavam cá. Os €50.569,52 no passivo
742 correspondem a cauções depositadas por determinados empreiteiros, em anos
743 anteriores, atualmente nós já não fazemos este tipo de depósitos de caução para
744 garantia das empreitadas desenvolvidas. Temos tido alguma dificuldade em devolver
745 alguns desses montantes que à partida já poderiam ter sido restituídos, mas inclui
746 aqui, por exemplo, empresas que já entraram em falência e nunca pediram o
747 reembolso destas cauções e as obras estão terminadas.” -----
748 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “Agradeço as explicações que
749 nos foram dadas, embora continue a haver discórdia, em alguns aspetos, entre o
750 nosso ponto de vista e o que nos acaba de ser transmitido, prevalecendo o direito à
751 divergência de opinião. A Dra. Sandra Pereira assume com aparente confiança que as
752 contas estão corretas desta forma e foi essa confiança que transmitiu ao Sr.
753 Presidente. Nós não partilhamos dessa confiança e não apresentaríamos as contas tal
754 como nos são apresentadas. Relevo a forma como interiorizou todas as vastas
755 questões que aqui transmitimos e a forma como elaborou as respetivas respostas,
756 mas não posso deixar de discordar dos seus conteúdos. Há ainda aqui alguns
757 requisitos que na nossa opinião não foram cumpridos e alguns documentos solicitados
758 não nos foram ainda entregues, o que provavelmente nos levará a não aprovar as
759 Contas.” -----
760 ----- O senhor presidente da câmara agradeceu as palavras do vereador José
761 Manuel Vieira e referiu que em termos do serviço que a Dra. Sandra Pereira no início
762 da sua introdução fez a referência da forma como a fez, ficando agora de alguma
763 maneira também aprovada com as palavras do vereador. -----



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

764 ----- O senhor vereador João Castanheira agradeceu as explicações dadas pela
765 Dra. Sandra Pereira embora os pontos de vista nem sempre sejam os mesmos e
766 alertou que ainda faltava entregar alguns documentos que foram solicitados e que
767 acabam por pesar no sentido de voto. -----
768 ----- Foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor do PS, do senhor
769 presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da Câmara e dos senhores
770 vereadores, Patrícia Costa Pereira e Vítor Fonseca e com três votos contra, dois votos
771 do PPD/PSD dos senhores vereadores, José Manuel Vieira e João Castanheira e um
772 voto do CDS/PP da senhora vereadora, Rosa Guerra, aprovar a proposta n.º 10/2021
773 – UOGF: Proposta de aprovação dos documentos de Prestação de Contas e o envio à
774 Assembleia Municipal. -----
775 ----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----
776 ----- O senhor vereador João Castanheira fez a seguinte declaração de voto
777 vencido: “Os vereadores do PSD votam contra a prestação de contas 2020 na
778 sequência dos inúmeros alertas deixados aquando da discussão deste ponto e por
779 mais uma vez na nossa opinião as contas não estarem corretas. Nunca tal sucedeu
780 em mandatos do PSD que sempre se pautou por ser um partido de contas certas. O
781 Bombarral, efetivamente merecia mais.” -----
782 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra fez a seguinte declaração de voto vencido:
783 “Pelos motivos explanados neste ponto e porque continuo a achar que as contas não
784 estão corretas reprovos os documentos da prestação de contas 2020.” -----
785 ----- Informação n.º 29/2021: 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do
786 Plano do ano 2021 e envio à Assembleia Municipal: -----
787 ----- O senhor vereador João Castanheira disse “Mais uma vez, achamos que o
788 procedimento não está correto e gostava de ser esclarecido porque é que as cláusulas
789 contratuais deste empréstimo que nem sequer vieram à reunião de câmara para agora
790 estarmos a aprovar esta 3.ª revisão orçamental e, salvo opinião contrária, primeiro
791 aprovam-se as cláusulas contratuais do empréstimo e só depois a revisão ao
792 orçamento por se tratar de um requisito essencial e caso não o consigam explicar,
793 levará os vereadores do PSD a votar contra, não que sejam contra o empréstimo e
794 estejam contra o investimento, mas sim contra a forma do procedimento.” -----
795 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra questionou se já está contratualizado com
796 a entidade bancária e se as cláusulas contratuais já estão aprovadas. -----
797 ----- O senhor presidente da câmara colocou à aprovação dos senhores
798 vereadores a alteração do ponto 14 da ordem do dia (Proposta n.º 11/2021 – UOGF:
799 Minuta de contrato de abertura de crédito até ao montante de €1.000.000,00 para
800 financiamento de construção de armazém municipal) antes do ponto 2 da ordem do
801 dia (Informação n.º 29/2021: 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano
802 do ano 2021 e envio à Assembleia Municipal). -----
803 **0450. Proposta n.º 11/2021 – UOGF: Minuta de contrato de abertura de crédito até ao**
804 **montante de €1.000.000,00 para financiamento de construção de armazém**
805 **municipal:** -----
806 ----- O senhor presidente apresentou a seguinte proposta: “PROPOSTA N.º 11 /
807 2021 – UOGF: Minuta do Contrato de Abertura de Crédito até ao montante de €
808 1.000.000,00 para financiamento de construção de armazém municipal. Considerando



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

809 que, a Câmara Municipal, deliberou em reunião de 21 de abril de 2021 a abertura de
810 procedimento de contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no montante de
811 € 1.000.000,00 (um milhão de euros) para financiamento de construção de armazém
812 municipal; Considerando que, a Assembleia Municipal, aprovou em reunião de 28 de
813 maio de 2021 a contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no montante de €
814 1.000.000,00 (um milhão de euros), conforme o disposto na alínea f), do nº 1, do artigo
815 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; Tenho a honra de propor: Que a Câmara
816 Municipal de Bombarral, delibere aprovar a minuta do contrato de abertura de crédito e
817 respetivas cláusulas contratuais, até ao montante de € 1.000.000,00 (um milhão de
818 euros) de contrato a celebrar com a caixa Geral de Depósitos, destinado ao
819 financiamento de construção de armazém municipal. Município de Bombarral, 9 de
820 junho de 2021. O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Fernandes.” -----
821 ----- O senhor vereador João Castanheira disse que não consta a informação da
822 técnica e responsável financeira em que ateste o cumprimento das especificações
823 técnicas do caderno de encargos aprovadas pela câmara e pela Assembleia
824 Municipal. -----
825 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra subscreveu a intervenção do vereador
826 João Castanheira. -----
827 ----- A chefe da UOGF disse ter um email da advogada a dizer que as cláusulas
828 técnicas estão em conformidade. -----
829 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a “Proposta n.º 11/2021
830 – UOGF: Minuta de contrato de abertura de crédito até ao montante de €1.000.000,00
831 para financiamento de construção de armazém municipal. -----
832 **0451. Informação n.º 29/2021: 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano**
833 **do ano 2021 e envio à Assembleia Municipal:** -----
834 ----- O senhor presidente da câmara apresentou a informação supracitada. -----
835 ----- O senhor vereador João Castanheira disse que com esta alteração da ordem
836 de trabalhos e estando a questão do processo feito de forma correta o PSD votará
837 favoravelmente. -----
838 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra subscreveu a intervenção do vereador
839 João Castanheira. -----
840 ----- Apreciada a informação n.º 29/2021 foi deliberado, por unanimidade e em
841 minuta, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano 2021
842 e o envio à Assembleia Municipal. -----
843 **0452. Informação n.º 105/DOPU-OIM: Levantamento da suspensão dos trabalhos da**
844 **empreitada “Melhoria das Acessibilidades do Caminho das Escolas – PAMUS”:** -
845 ----- O senhor presidente da câmara apresentou a informação supracitada. -----
846 ----- O senhor vereador João Castanheira disse que viu os novos projetos
847 congratulando-se pela abertura e pela disponibilidade que houve, inclusivamente, para
848 a alteração de todas estas situações que os preocupava bastante como o
849 estacionamento que deu origem a um abaixo-assinado. Os vereadores do PSD tinham
850 sugerido que fosse feita uma apresentação pública desta situação e gostava de saber
851 se o Presidente reuniu com as pessoas e o que é que se passou nessa reunião.
852 Questionou se com estas alterações ao projeto continua garantida a participação
853 no âmbito da candidatura aprovada. -----



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

854 ----- O senhor presidente da câmara disse ainda não ter reunido, mas que o iria
855 fazer antes da obra iniciar e que tem a informação de que não haverá nada a temer
856 nesta situação conforme lhe é assessorado tecnicamente. -----
857 ----- O senhor vereador João Castanheira sugeriu retirar este ponto para primeiro
858 reunir e ouvir as pessoas e que caso não o faça, os vereadores do PSD como voto de
859 protesto irão retirar-se da reunião, porque acham que as pessoas devem ser ouvidas
860 primeiro. -----
861 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra disse que como o senhor presidente ainda
862 não tinha falado com a população e por ser um assunto sensível deveria fazê-lo e que
863 ao ser feito o levantamento da suspensão abria-se um precedente. -----
864 ----- O senhor presidente da câmara informou que com o levantamento da
865 suspensão fica o caminho aberto para seguir em frente e os vereadores do PPD/PSD
866 e do CDS/PP ausentaram-se da reunião de câmara. -----
867 ----- Apreciada a informação n.º 105/DOPU-OIM foi deliberado com 4 votos a favor
868 do PS autorizar o levantamento da suspensão dos trabalhos da empreitada “Melhoria
869 das Acessibilidades do Caminho das Escolas – PAMUS”. -----
870 ----- O senhor presidente da câmara informou que teria de se ausentar solicitando
871 ao senhor vice-presidente que assumisse o seu lugar na reunião de câmara. -----
872 ----- Pelas doze horas foi deliberado por unanimidade dos membros presentes na
873 reunião o prolongamento da mesma por mais uma hora. -----
874 **0453. Informação n.º 6/GPEI/2021 – Proposta para desenvolvimento de Turismo**
875 **Sustentável - Picoto – Roliça:** -----
876 ----- O senhor presidente da câmara apresentou a informação supracitada. -----
877 ----- O senhor vereador José Manuel Vieira disse “Sr. Presidente, em primeiro lugar
878 regozijamo-nos pelo facto de haver investidores credíveis com um provável projeto de
879 viabilização do espaço natural e histórico, constituído pelo denominado Picoto, na
880 freguesia da Roliça, integrado no Planalto das Cesaredas. A informação que nos
881 chega não é muito elucidativa quanto a isso, mas esperamos que após a aprovação
882 de hoje o processo seja aberto e tenha boa continuidade obviamente com o nosso
883 envolvimento também para que se encontre uma solução otimizada para aquele local.
884 Para tal exige-se a partilha de informação connosco para que estejamos inteirados do
885 que se pretende e podermos dar o nosso melhor contributo. Dado o interesse
886 concelhio do projeto deve a CM providenciar todo o apoio possível em termos de
887 infraestruturas básicas.” -----
888 ----- O senhor vereador João Castanheira questionou se existem condições
889 técnicas para que um investimento destes seja feito naquele local porque o parecer na
890 informação não é de nenhum técnico, mas assinado pelo chefe de gabinete e que
891 precisava da informação técnica para saber se existe viabilidade porque estão
892 enumeradas algumas considerações que na sua opinião não deveriam ser feitas por
893 quem assina. -----
894 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra subscreveu a intervenção do senhor
895 vereador João Castanheira. -----
896 ----- O senhor vice-presidente da câmara disse que as condições técnicas estão
897 garantidas. -----



898 ----- Apreciada a informação n.º 6/GPEI/2021 foi deliberado por unanimidade e em
899 minuta aprovar a Proposta para desenvolvimento de Turismo Sustentável - Picoto –
900 Roliça. -----

901 **0454. Relatório do concurso público para alienação de lotes na zona de atividades**
902 **económicas – Polo II:** -----

903 ----- O senhor vereador João Castanheira disse que pensa que deverá existir um
904 erro com o número de registo das propostas porque foi contactado pelo proprietário da
905 empresa Jovobol que o informou que enviou um email ao sr. vice-presidente e pedia
906 que o mesmo fosse partilhado pelos restantes vereadores que continha algumas
907 questões pelo que solicitou a presença do presidente da comissão de análise para
908 esclarecer essas questões para votarem em consciência. -----

909 ----- O senhor vice-presidente da câmara disse ter visto o email de manhã com as
910 alegações que eventualmente não foram entregues em tempo oportuno e que
911 juridicamente apesar de terem sido consideradas na avaliação conforme está
912 explanado nos documentos. Vai solicitar aos serviços administrativos informação
913 relativa à numeração e à falta do registo da hora numa das propostas. -----

914 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra disse que ao tomar conhecimento de que
915 existe um email que deveria ter sido reencaminhado aos vereadores quer perceber o
916 que se passa. -----

917 ----- O técnico superior jurista disse que também reparou que o registo não tem
918 numeração sequencial, mas que são situações que não consegue responder porque o
919 registo de entrada é feito no atendimento assim como a falta da hora num dos
920 envelopes que deu entrada. Relativamente ao esclarecimento prestado por um
921 dos proponentes, foi valorizado e o senhor esteve presente na abertura das propostas
922 e nesse dia percebeu que haviam 2 propostas, uma do senhor e de um outro
923 concorrente para o mesmo lote. O regulamento refere que existem uma série de
924 condições que como consta no relatório devem indicar o número de postos de trabalho
925 a criar ou manter, devem fazer uma demonstração sumária da viabilidade económica
926 do investimento e a na área do lote pretendida. Todos estes pontos, além de serem
927 essenciais para a proposta ser aceite são depois também valorizados em termos de
928 pontuação para a adjudicação do lote e o senhor percebeu que a proposta dele estava
929 pouco desenvolvida e que não cumpria todos os requisitos. O regulamento prevê que
930 seja dado um prazo de 15 dias para esclarecimento ou corrigir algumas deficiências
931 que possam existir e o senhor foi informado dessa possibilidade no próprio dia da
932 abertura das propostas pelo júri e então posteriormente entregou uma proposta mais
933 sólida a cumprir os requisitos e a proposta foi aceite e foi valorizada tal como está no
934 relatório. Apesar de tudo, quando comparadas as 2 propostas, ao fazerem a
935 pontuação das mesmas o resultado manteve-se porque se não houvesse aquele
936 esclarecimento a proposta teria que ser excluída. Assim foi admitida, no entanto,
937 considerámos a proposta e na aplicação dos critérios verificámos que ainda assim
938 venceria a inicial. -----

939 ----- O senhor vereador João Castanheira disse que os elementos enviados pelo
940 concorrente não foram valorizados. -----

941 ----- O técnico superior jurista disse que todos os elementos enviados foram
942 incluídos na avaliação das propostas. -----



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

- 943 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar o Relatório do concurso
944 público para alienação de lotes na zona de atividades económicas – Polo II. -----
945 **0455. Informação n.º 4/2021: Atribuição de apoio pontual à Associação Humanitária**
946 **dos Bombeiros Voluntários do Bombarral:** -----
947 ----- O senhor vereador João Castanheira comunicou ao senhor vice-presidente da
948 Câmara nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo,
949 encontrar-se impedido de intervir no ponto 0455. por força do artigo 44.º do referido
950 Código, pelo que o senhor vice-presidente da Câmara declarou interdita a sua
951 intervenção neste ato. -----
952 ----- Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo,
953 o senhor vereador João Castanheira retirou-se da reunião regressando após a
954 discussão e votação do ponto onde se encontrava impedido. -----
955 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra disse que o apoio financeiro solicitado pela
956 Associação Humanitária dos Bombeiros um montante de €22.360,00 mais IVA, para
957 pagar a transformação feita numa ambulância oferecida por uma comunidade de
958 emigrantes, e tendo em conta que esta nova ambulância é uma necessidade premente
959 para o serviço de transporte de doentes concorda que se delibere a favor do apoio
960 financeiro solicitado. -----
961 ----- Apreciada a informação n.º 4/2021 foi deliberado por unanimidade e em
962 minuta, autorizar a atribuição de apoio pontual à Associação Humanitária dos
963 Bombeiros Voluntários do Bombarral. -----
964 **0456. Informação n.º 5/2021: Atribuição de apoio pontual ao Sport Clube Escolar**
965 **Bombarralense:** -----
966 ----- O senhor vereador João Castanheira comunicou ao senhor vice-presidente da
967 Câmara nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo,
968 encontrar-se impedido de intervir no ponto 0456. por força do artigo 44.º do referido
969 Código, pelo que o senhor vice-presidente da Câmara declarou interdita a sua
970 intervenção neste ato. -----
971 ----- Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo,
972 o senhor vereador João Castanheira retirou-se da reunião regressando após a
973 discussão e votação do ponto onde se encontrava impedido. -----
974 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra sugeriu um aumento do valor deste apoio
975 ao SCEB. -----
976 ----- Apreciada a informação n.º 5/2021 foi deliberado por unanimidade e em
977 minuta, autorizar a atribuição de apoio pontual ao Sport Clube Escolar Bombarralense.
978 **0457. Proposta n.º 31/2021 – DPHAG-AJ: Proposta de apoio ao movimento associativo**
979 **– atribuição de subsídios:** -----
980 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a seguinte proposta do
981 senhor vice-presidente da Câmara: “Proposta n.º 31/2021 – DPHAG-AJ: Proposta de
982 apoio ao movimento associativo – atribuição de subsídios. Considerando que: 1. O
983 Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, em vigor, define as regras de
984 atribuição de subsídios e outros apoios às associações locais; 2. O Município de
985 Bombarral está consciente de que as associações são a expressão do dinamismo e
986 interesse das populações que entusiasticamente se dedicam e disponibilizam em prol
987 da causa pública. 3. O papel estratégico das estruturas associativas como elementos



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

988 de desenvolvimento local, da relevância da sua atividade como espaços de
989 dinamização de uma cidadania ativa e efetiva; 4. Se reconhece no associativismo um
990 fator determinante na promoção do desenvolvimento cultural, recreativo, desportivo,
991 social e económico do concelho. Proponho que a Câmara Municipal do Bombarral
992 delibere, no uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 11º do Regulamento de
993 Apoio ao Movimento Associativo, publicado em Diário da República pelo Aviso n.º
994 8896/2016, aprovar os parâmetros de avaliação específicos e a respetiva ponderação
995 nos termos seguintes: 1. Contemplar com a atribuição de subsídio as associações que
996 se enquadrem no âmbito e objeto do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo
997 e que preencham os seguintes requisitos: a) Estejam legalmente constituídas e
998 organizadas; b) Estejam registadas no Serviço Municipal competente pela área do
999 Associativismo, nos termos do artigo 4º do referido regulamento; c) Possuam sede
1000 social ou delegação/filial no Concelho de Bombarral e desenvolvam as suas atividades
1001 no Concelho; d) Tenham os seus órgãos sociais regularmente eleitos; e) Tenham a
1002 situação fiscal e perante a Segurança Social devidamente regularizada; f) Mantenham
1003 atividade regular e/ou pontual no ano em que os subsídios são processados, em cada
1004 uma das áreas a que se candidatam; g) Tenham entregue o plano anual de atividades
1005 e o relatório de contas relativo ao exercício do ano anterior; 1. Concretizar o apoio
1006 através de candidaturas para a área/modalidade do programa de apoio ao
1007 desenvolvimento associativo (alínea a), do n.º 2, do art.º 5º do Regulamento de Apoio
1008 ao Movimento Associativo), considerando que em 2021 o financiamento a distribuir
1009 pelas Associações em despesas correntes, de acordo com dotação disponível no
1010 Orçamento Municipal até um valor máximo de 60.000,00 (sessenta mil euros). 2.
1011 Aprovar os seguintes parâmetros de avaliação específicos e a respetiva ponderação
1012 para efeitos do art.11.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo: **CF =**
1013 **P*50% + AD*15% + S*5% + AR*15% + I*15%**. Classificação Final (CF) = Participação
1014 (P*50%) + Adequabilidade (Ad*15%) + Sustentabilidade (S*5%) + Articulação
1015 (Ar*15%) + Inovação (I*15%) Em que: **P = AP*20% + F*20% + A*20% + D*20% +**
1016 **E*20%** Participação (P) = Nº de associados e/ou praticantes envolvidos (AP*20%) +
1017 Frequência de ações desenvolvidas (F*20%) + e Nº de ações desenvolvidas (A*20%)
1018 + Diversidade de ações/projetos/modalidades (D*20%) + Taxa de concretização do
1019 Plano de atividades do ano transato (E*20%). Parâmetros de avaliação do fator
1020 **Participação (P): AP:** Nº de associados e/ou praticantes envolvidos > 350 = 100%;
1021 Nº de associados e/ou praticantes envolvidos ≤ 350 = 50%; **F:** Frequência de ações
1022 desenvolvidas - semanal ou mais frequente = 100%; Frequência de ações
1023 desenvolvidas - menos frequente do que semanal = 50%; **A:** Nº de ações desenvolvidas
1024 > 10 =100%; Nº de ações desenvolvidas ≤10 = 50%; **D:** Diversidade de
1025 ações/projetos/modalidades > 10=100%; Diversidade de ações/projetos/modalidades ≤
1026 10 =50%. **E:** Taxa de Execução do Plano de Atividade: Todas as atividades previstas
1027 no Plano: 100%. Mais de metade das atividades previstas no Plano: 75%. Até metade
1028 das atividades previstas no Plano: 50%. Em que: **AD = RAC*50%+ RC*50%**
1029 **Adequabilidade (AD)** = Relevância da atividade para comunidade (RAC) +
1030 Relevância da atividade para a projeção do concelho (RC) A pontuação das atividades
1031 relevantes terá a seguinte graduação: até 2 atividades=25%; >2 até 5 atividades
1032 =50%; >5 atividades =100%. Em que: **S = DF*50%+ AF*50%**. **Sustentabilidade (S) =**



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

1033 Demonstração de Equilíbrio Financeiro do exercício anterior (DF) + Análise Financeira
1034 do Plano de atividades e orçamento propostos (AF) Com resultados positivos 100%;
1035 sem resultados positivos 50%; Com orçamento equilibrado 100%; com orçamento não
1036 equilibrado 50%. Em que: **AR = PA*50% + PM*50%** **Articulação (A)** = N.º de parcerias
1037 realizadas com Associações ou Agentes Locais (PA) + N.º de parcerias realizadas com
1038 Município (PM) Até 2 parcerias 25%; até 3 parcerias 50%; mais de 3 parcerias 100%.
1039 Em que: **I = AI*60%+ AF*40%** **Inovação (I)** = Número de atividade inovadoras
1040 (AI*60%) + Número de Ações direcionadas à Formação (AF*40%) Até 2 atividades
1041 inovadoras 25%; até 3 atividades inovadoras 50%; mais de 3 atividades inovadoras
1042 100% Até 2 ações direcionadas à formação 25%; até 3 ações direcionadas à formação
1043 75%; mais de 3 ações direcionadas à formação 100% **Escalões para atribuição dos**
1044 **Subsídios: 1º Escalão:** CF = > 90% ≤ 100%; Subsídio no valor de **6.500,00€** (seis mil
1045 e quinhentos euros) **2º Escalão:** CF = > 80% ≤ 90%; Subsídio no valor de **4.000,00€**
1046 (quatro mil euros) **3º Escalão:** CF = > 60% ≤ 80%; Subsídio no valor de **2.000,00€**
1047 (dois mil euros) **4º Escalão:** CF = > 50% ≤ 60%; Subsídio no valor de **1000,00€** (mil
1048 euros) **5º Escalão:** CF = ≤ 50%; Subsídio no valor de **750,00€** (setecentos e cinquenta
1049 euros). 1. Que seja dada a possibilidade de apresentação de candidaturas no âmbito
1050 da alínea d), do n.º 2, do art.º 5º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo -
1051 programa de apoio a atividades de carácter pontual para as Associações/Coletividades
1052 que demonstrem: i) que a sua sustentabilidade tenha sido afetada pelos efeitos
1053 decorrentes da pandemia; ii) desenvolvam ações de apoio a terceiros para mitigar os
1054 efeitos da mesma. 1. Que o prazo para apresentação de candidaturas decorra até 30
1055 de julho de 2021. 2. Que a comissão de avaliação seja constituída por: Membros
1056 efetivos: João Paulo Mergulhão; Tiago Santos; Adolfo Pereira. Membros suplentes:
1057 Goreti Oliveira; Maria João Ferreira. Bombarral, 11 de junho de 2021. O Vice-
1058 Presidente da Câmara Municipal, (Nuno Vicente).” -----
1059 **0458. Proposta n.º 32/2021 – DPHAG-AJ: Proposta de ratificação de protocolo de**
1060 **colaboração para a instalação da Quinta Ciência Viva da Pera Rocha no**
1061 **Bombarral:** -----
1062 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a seguinte proposta do
1063 senhor vice-presidente da Câmara: “Proposta n.º 32/2021 – DPHAG-AJ: Proposta de
1064 ratificação de protocolo de colaboração para a instalação da Quinta Ciência Viva da
1065 Pera Rocha no Bombarral. Considerando que: 1. A promoção da cultura científica e
1066 tecnológica é uma condição de crescimento e inovação, indispensável ao
1067 desenvolvimento das sociedades modernas e ao bem-estar dos cidadãos, tendo a
1068 Agência Nacional Ciência Viva assumido ao longo dos anos um papel de reconhecida
1069 relevância no que diz respeito à promoção da educação e da cultura científica e
1070 tecnológica na sociedade portuguesa. 2. A experiência acumulada da Agência
1071 Nacional Ciência Viva, nomeadamente na promoção e gestão da Rede de Centros
1072 Ciência Viva enquanto espaços interativos de divulgação científica e tecnológica
1073 distribuídos pelo território nacional, funcionando como plataformas de desenvolvimento
1074 regional – científico, cultural e económico – através da dinamização dos atores
1075 regionais mais ativos nestas áreas. 3. As Quintas Ciência Viva são espaços públicos
1076 de contacto com a ciência, a cultura e a inovação, com uma missão centrada na
1077 educação, promoção da cultura científica e valorização dos recursos locais, tendo



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

1078 como modelo de gestão uma parceria institucional entre a Agência Nacional Ciência
1079 Viva, a administração central ou local, as instituições académicas ou científicas e os
1080 parceiros empresariais. 4. O Município do Bombarral dispõe de atribuições nos
1081 domínios da educação, ensino e formação profissional, bem como nos domínios do
1082 património, cultura e ciência, sendo competência da câmara municipal, apoiar
1083 atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de
1084 interesse para o Município. 5. O Rocha Center – Centro de Pós-Colheita e Tecnologia,
1085 A.C.E. tem como objetivo a investigação aplicada e experimental e o desenvolvimento
1086 multidisciplinar para melhoria da pós-colheita e tecnologias de Pera Rocha e outros
1087 frutos produzidos ou comercializados pelos seus Membros. Proponho que a Câmara
1088 Municipal, no uso da competência prevista nas al. g) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do
1089 Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013,
1090 de 12 de setembro, aprove a ratificação do Protocolo de Colaboração para a
1091 instalação da Quinta Ciência Viva da Pera Rocha no Bombarral, nos termos do n.º 3
1092 do artigo 35.º do RJAL conjugado com o artigo 164.º do Código de Procedimento
1093 Administrativo. Município de Bombarral, 11 de junho de 2021. O Vice-Presidente da
1094 Câmara Municipal, (Nuno Vicente).” -----
1095 **0459. Proposta n.º 33/2021 – DPHAG-AJ: Proposta de início do procedimento para a**
1096 **criação do regulamento de funcionamento da horta comunitária no Bombarral: -**
1097 ----- O senhor vice-presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta:
1098 “Proposta n.º 33/2021 – DPHAG-AJ: Proposta de início do procedimento para a
1099 criação do regulamento de funcionamento da horta comunitária no Bombarral.
1100 Considerando que: 1. O Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo
1101 Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, estabelece o procedimento do regulamento
1102 administrativo, no qual se integra o dever de publicitar o início do procedimento com
1103 vista a possibilitar a constituição como interessados e a apresentação de contributos
1104 pelos cidadãos para a elaboração de Regulamentos pelas entidades públicas; 2. Para
1105 efeitos do citado diploma, nos termos do seu art.º 135.º, consideram-se regulamentos
1106 administrativos as normas jurídicas gerais e abstratas que, no exercício de poderes
1107 jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos; 3. Nesta
1108 conformidade, o n.º 1 do artigo 98.º do CPA, consagra que o início do procedimento é
1109 publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com indicação do
1110 órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou,
1111 do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e
1112 a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento; Proponho que a
1113 Câmara Municipal, na qualidade de órgão competente para a elaboração de projetos
1114 de regulamentos externos do Município, conforme o disposto na al. k) do n.º 1 do art.
1115 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo à Lei n.º
1116 75/2013, de 12 de setembro, aprove: a) Seja iniciado o procedimento administrativo
1117 com vista à criação do Regulamento de funcionamento de horta comunitária no
1118 Bombarral, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CPA; b) O
1119 prazo para a constituição de interessados e para apresentação de contributos para a
1120 elaboração do regulamento, seja fixado em 10 dias; c) A publicitação do início do
1121 procedimento seja efetuada de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CPA,



Ata n.º 14/2021 – Reunião ordinária do dia 16.6.2021

- 1122 bem como por edital a afixar nos lugares de estilo. Município de Bombarral, 11 de
1123 junho de 2021. O Vice-Presidente da Câmara Municipal, (Nuno Vicente).” -----
1124 ----- A senhora vereadora Rosa Guerra questionou o local da horta comunitária e
1125 pretendeu saber se na elaboração do regulamento podia ser discutido entre todo o
1126 executivo como é que as pessoas se candidatam e o número limite de interessados
1127 que se poderão candidatar a esta horta comunitária. -----
1128 ----- O senhor vice-presidente respondeu que todas essas questões estão
1129 explanadas na proposta agora apresentada. -----
1130 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta do senhor
1131 vice-presidente da Câmara: Proposta n.º 33/2021 – DPHAG-AJ: Proposta de início do
1132 procedimento para a criação do regulamento de funcionamento da horta comunitária
1133 no Bombarral. -----
1134 **0460. Informação n.º 29-AEGLD-2021: Pedido de pagamento em 10 prestações das**
1135 **faturas de água referentes aos meses de agosto 2020 a abril de 2021 no valor de**
1136 **€224,12 solicitado pelo código cliente n.º 14473: -----**
1137 ----- Apreciada a informação n.º 29-AEGLD-2021 foi deliberado por unanimidade e
1138 em minuta, autorizar o pedido de pagamento em 10 prestações das faturas de água
1139 referentes aos meses de agosto 2020 a abril de 2021 no valor de €224,12 conforme
1140 solicitado pelo código cliente n.º 14473. -----
1141 **0461. Informação n.º 30-AEGLD-2021: Pedido de pagamento em 5 prestações das**
1142 **faturas de água referentes aos meses de fevereiro de 2020 a abril de 2021 no**
1143 **valor de €165,13 solicitado pelo código cliente n.º 14466: -----**
1144 ----- Apreciada a informação n.º 30-AEGLD-2021 foi deliberado por unanimidade e
1145 em minuta, autorizar o pedido de pagamento em 5 prestações das faturas de água
1146 referentes aos meses de fevereiro de 2020 a abril de 2021 no valor de €165,13
1147 conforme solicitado pelo código cliente n.º 14466. -----
1148 **0462. Informação n.º 32-AEGLD-2021: Pedido de pagamento em 12 prestações das**
1149 **faturas de água referentes aos meses de julho de 2020 a maio de 2021 no valor**
1150 **de €190,35 solicitado pelo código cliente n.º 22454: -----**
1151 ----- Apreciada a informação n.º 32-AEGLD-2021 foi deliberado por unanimidade e
1152 em minuta, autorizar o pedido de pagamento em 12 prestações das faturas de água
1153 referentes aos meses de julho de 2020 a maio de 2021 no valor de €190,35 solicitado
1154 pelo código cliente n.º 22454. -----
1155 ----- Pelas 12 horas e 48 minutos foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata,
1156 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do
1157 n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo presidente do órgão e
1158 pela funcionária municipal que a lavrou. -----
1159 -----
1160 -----
1161 O Presidente da Câmara,
1162 -----
1163 -----
1164 A funcionária,
1165 -----
1166 -----

